

A “CRISE” DO SINDICALISMO NO CONTEXTO DO NEOLIBERALISMO, DA GLOBALIZAÇÃO E DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

Ângela Maria de Sousa Lima¹

RESUMO

O artigo que se segue faz uma discussão sobre a relação entre trabalho e globalização. Para tanto, perpassa, rapidamente, pelo debate de alguns impactos da globalização sobre esse mesmo trabalho, hoje. Procura evidenciar que o capitalismo, embora apresente novas configurações organizacionais, não rompeu com suas características fundamentais de exploração. Um dos objetivos do texto é também demonstrar como a emergência da sociedade global e as modificações que esta tem provocado nas relações capitalistas de produção, principalmente no Brasil, têm levado à uma modificação da estrutura sindical.

PALAVRAS-CHAVE: Neoliberalismo; Globalização; Trabalho; Sindicato Atual.

ABSTRACT

The following article discusses the relationship between labor and globalization. To achieve its goal, it looks briefly at some of the impacts globalization has had on labor. It tries to produce evidence that capitalism, although showing new organizational configuration, has not parted with its fundamental characteristics of exploitation. One of the goals of this article is also to show how the emergence of the global society, and the changes it has caused in the capitalist production relations, specially in Brazil, has led to a change in the union structure.

KEYWORDS: Neo-liberalism, Globalization, Labor, Modern union.

Os “Estragos” da Década Neoliberal

Na década de 90, diante da intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, da incontrollabilidade do sistema de metabolismo social do capital, do sentido destrutivo de sua lógica e do desmoronamento de seu mecanismo de regulação, inicia-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram: o advento do neoliberalismo, com a privatização do Estado; a desregulamentação dos direitos do trabalho; a desmontagem do setor produtivo estatal; um processo de reestruturação da produção e do trabalho (ANTUNES, 2000, p.31).

30

R
E
V
I
S
T
A

¹ Docente de Fundamentos Sócio-Antropológicos da Educação no Instituto Superior de Educação Mãe de Deus. Especialista em Sociologia e Sociologia da Educação, pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná - UFPR. Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas - UNICAMP. E-mail: angellamaria@pop.com.br.

O pensamento de CHESNAIS (1997, p.26) ajuda a compreender melhor esse momento: a regulação através da política monetária vem pesando cada vez mais sobre a transformação da relação salarial (flexibilidade, precariedade, redução do nível médio dos salários reais). Os preceitos da “re-engenharia” industrial – cuja ferramenta é a “corporate governance” – desempenham um papel central nessa transformação qualitativa da relação salarial. Os encadeamentos cumulativos viciosos, constitutivos da “engrenagem infernal” do endividamento público, repousam simultaneamente sobre a liberalização financeira e salarial. As políticas neoliberais têm como efeito afundar os países em situações de déficits constantemente crescentes. O aumento dos déficits não provém da ampliação “excessiva” das despesas, mas, pura e simplesmente, da perda de receitas fiscais que resultam, de maneira mecânica, da diminuição do consumo dos assalariados em decorrência da aplicação das políticas de achatamento salarial e da flexibilização do trabalho, assim como da conseqüente redução da produção e do emprego.

O trabalho, suas relações, características e necessidades sofrem alterações, resultantes do processo de intensa acumulação, principalmente nos países centrais, nos quais representa: um profundo revolucionamento da base técnica do processo produtivo (Terceira Revolução Industrial), com impactos, positivos e negativos sobre o trabalho humano. “Configura-se uma nova divisão, mudanças no conteúdo, quantidade e qualidade do trabalho e novas demandas de qualificação humana.” (FRIGOTTO, 2000, p.60).

A reestruturação produtiva, que vem em resposta à crise capitalista, necessita, cada vez mais, limitar os direitos sociais e os gastos estaduais correlatos, de forma a se fortalecer, e para tanto, transformar em objeto mercantil a previdência, a saúde e a educação. Promove-se a saída do Estado do campo social, transformando-se ele em um terreno de caça mercantil. Tudo passa a ser submetido à mercantilização. E para que tudo isso se realize, é, no entanto, necessário dar outro passo: refundar a própria cidadania capitalista. (FERNANDES, 2000, p.7).

No mesmo processo, o aumento da concorrência entre nações capitalistas leva a graves conseqüências; entre as quais podem ser citados a precarização da força de trabalho, o desemprego estrutural e a destruição do meio ambiente. No mesmo bojo, assiste-se à diminuição do operariado manual, a subproletarização ou precarização do trabalho (subcontratado, temporário, terceirizado, faccionado) e a exclusão dos jovens e dos idosos no mercado.

A descentralização é uma das faces mais severas do processo de reestruturação produtiva do tipo neoliberal. Esta esconde alguns motivos: possibilidade de se atingir níveis ótimos de escala, redução de custos administrativos, maior facilidade de determinação de custo e preço (tendo-se em vista a diminuição do número de processos e atividades), maior possibilidade de controle de gestão da produção, maior facilidade na gestão da mão-de-obra, maior controle do conflito nas relações de trabalho (devido à menor concentração dos trabalhadores). (SALERNO, apud LEITE, 1994, p.574).

Chesnais também debate essa questão. Segundo ele, Em cada fábrica e em cada oficina, o princípio de “lean production”, isto é, “sem gorduras de pessoal”, tornou-se a interpretação dominante do modelo “ohnista” japonês de organização do trabalho. O sistema toyotista de terceirização e o “*just-in-time*” foram adotados, ainda mais rápida e facilmente. Acontece que, mesmo no Japão, essas técnicas de organização na empresa haviam, desde a origem, servido aos grandes grupos, os que emitem pedidos para fazer recair sobre as firmas “terceiras” os imprevistos conjunturais, e para impor aos assalariados dessas firmas o peso da precariedade contratual, combinado com níveis salariais bem inferiores. (CHESNAIS, 1996, p.35).

Nessa linha de pensamento, significa dizer que, hoje todos os grandes grupos adotaram essas técnicas; muitas vezes suas operações no exterior, especialmente em países “mais fracos”, serviram de terreno de experimentação, antes de aplicar o sistema no país de origem ou em seus países vizinhos, pertencentes ao mesmo mercado “triádico”. A implementação da “produção sem gorduras de pessoal” não elimina o interesse das multinacionais por locais de produção de baixos salários, mas elas não precisam mais deslocar-se milhares de quilômetros para achar esses locais. (CHESNAIS, 1996).

Correlato ao conceito de terceirização, está o conceito de informalidade. Um dado interessante: no quadro da flexibilização e desregulamentação do trabalho, surge uma nova informalidade, a “flexibilidade dos novos tempos”, que congrega trabalhadores oriundos do mercado formal, com uma característica que a diferencia de outras épocas, pois deixa de ser uma situação transitória para ser definitiva. (LIMA e SOARES, 2002).

Como se vê, aos poucos, mas ideologicamente, as empresas vão mudando a base de suas operações.

A flexibilização, por exemplo, é uma forma de dizer que os salários e os direitos trabalhistas serão reduzidos, utilizando uma palavra menos dura [...] A atual fase do capitalismo, denominada de neoliberalismo, procura sobrevida com palavras grandiosas e vazias para encobrir suas fragilidades (BERTOLINO, 1997, p.22).

Luiz Antônio Machado da SILVA (2002), ao problematizar o conceito de informalidade diante dos processos de reestruturação produtiva em desenvolvimento hoje, na realidade brasileira, diz que as implicações estão reconfigurando as relações de assalariamento. O autor defende que a noção de informalidade perdeu a capacidade analítica e que está sendo substituída pelo conceito de empregabilidade e de empreendedorismo, o que indica a presença de novos modos de exploração capitalista, cuja característica mais fundamental é a individualização e a subjetivação dos controles que organizam a vida social, inclusive a produção material.

Para BERNARDO (2000, p.84), junto com a terceirização, a economia informal revela-se hoje como um perigoso fator de diferenciação na classe trabalhadora. Além das rivalidades nacionais está se generalizando um novo tipo de divisão, que afeta os trabalhadores, não só mundialmente, mas em cada país, repartindo-os entre: a) um núcleo de profissionais altamente qualificados e, por isso, muito produtivos, o que lhes permite receber salários relativamente elevados e, sobretudo gozar da estabilidade no emprego e de direitos sociais; b) uma vasta franja de trabalhadores empregados em empresas subcontratantes, ou laborando em regime de terceirização ou de part-time e que, além de ganharem menos, têm uma situação sempre precária; c) um setor socialmente marginalizado e condenado às formas mais degradadas da mais-valia absoluta. Segundo ele, é nestes segundo e terceiro setores que, hoje, se difunde a economia informal.

Diante desses fatores, é possível afirmar que no início da década de 90 o Brasil capitula às recomendações do Consenso de Washington, organiza sua economia e sua sociedade em função de ajustar-se aos imperativos da mundialização do capital. Há um exemplo típico da perversidade do modelo neoliberal no Brasil: o novo padrão de acumulação é incapaz de absorver o crescimento vegetativo da mão-de-obra. (SAMPAIO, 2000).

Por CHESNAIS (1997, p.7) o termo mundialização do capital é compreendido como algo mais do que uma simples fase a mais no processo de internacionalização do capital, iniciado a mais de um século, processo do qual as “multinacionais globais”, da indústria e dos serviços, são expressão mais clara. O termo designa o quadro político e institucional no qual um modo espe-

cífico de funcionamento do capitalismo foi se constituindo, desde o início dos anos 80, em decorrência das políticas de liberalização e de desregulamentação das trocas, do trabalho e das finanças adotadas pelos governos dos países industriais, encabeçados pelos EUA e pela Grã-Bretanha.

O regime de acumulação da década de 90 é designado por CHESNAIS (1997, p.8) como “regime de acumulação financeirizada mundial”, visando explicar seu caráter extremamente rentista. Para ele, muitos dos acontecimentos que marcaram o decênio de 1990 no plano mundial são expressões do advento desse novo regime: ritmos de crescimento muito baixos em muitas regiões do mundo, tanto no centro como na periferia; crescimento do desemprego em massa, acompanhado de um alinhamento, tanto dos níveis salariais como da “flexibilidade” das condições de contratação e de trabalho, naqueles países em que a mão-de-obra é explorada mais duramente; e ampliação das desigualdades entre países, bem como o aumento das desigualdades de renda e de condições de existência no seio de cada um deles, individualmente.

A modernização sistêmica que se dá nos anos 90 é favorecida por dois fatores; estes colaboram para empurrar as empresas em direção a uma estratégia inovadora mais efetiva: aprofundamento da crise econômica, o que diminui brutalmente o mercado interno, forçando as empresas a se voltarem para o exterior; e a política de abertura adotada por Collor obrigou as empresas a melhorar suas estratégias de produtividade e qualidade, para fazer frente à concorrência internacional. (RUAS, apud LEITE, 1994, p.573-574).

No bojo das transformações produzidas pela reestruturação produtiva, é preciso lembrar também as técnicas de treinamento. A preocupação desta não tem se expressado em uma efetiva elevação dos investimentos nessa área. Ainda são muito baixos em relação aos outros países. Segundo Leite, boa parte do esforço empresarial destina-se a programas comportamentais ou motivacionais: despertar nos trabalhadores uma postura cooperativa com relação às estratégias gerenciais e que não podem ser confundida com treinamentos destinados a formar trabalhadores mais qualificados. Estas se destinam a orientar tipos de atitudes, e não noções técnicas, operacionais ou em relação à formação básica. É possível vislumbrar o caráter disciplinador e ideológico desses programas, mesmo naqueles que vêm mesclados com técnicas. (LEITE, 1994, p.576-577).

Antunes mostra que, paralelamente, à redução quantitativa do operariado industrial tradicional dá-se uma alteração qualitativa na forma de ser do trabalho, que de um lado impulsiona para maior qualificação do profissional e, de outro, para uma maior desqualificação. A substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto, nas unidades produtivas mais avançadas oferece oportunidade do trabalhador aproximar-se de “supervisor e regulador do processo de produção”; porém, a plena efetivação dessa tendência está impossibilitada pela própria lógica do capital. (ANTUNES, 1995, p.47 e 50).

Há mutações no universo da classe trabalhadora que variam de ramo para ramo, de setor para setor, isto é, desqualificou-se em vários ramos, diminuiu em outros, praticamente desapareceu em alguns, requalificou-se em outros. Para Antunes, de um lado pode se constatar um efetivo processo de intelectualização do trabalho manual, de outro, uma desqualificação e mesmo subproletarização intensificada. Para ele, a desespecialização dos operários profissionais vem em decorrência da criação dos “trabalhadores multifuncionais”, introduzidos pelo toyotismo que ataca o saber profissional dos operários qualificados e o seu poder de negociação. (ANTUNES, 1995, p.53-54).

Através da reengenharia, por exemplo, elimina-se a hierarquia administrativa, aplica-se o esquema horizontal de produção e adota-se a formação de equipes, as quais se voltam à busca da produtividade, qualidade e rentabilidade, visando atender às exigências do mercado competitivo. Desenvolve-se o espírito

de pertencimento, de responsabilidade pelo desenvolvimento e sucesso da empresa em relação à sua condição de competitividade no mercado global. Já a qualidade total apresenta como princípios a negação da durabilidade das mercadorias, pela redução da vida dos produtos, favorecendo o desperdício e a destrutividade. Como identifica Antunes, este é um processo de organização do trabalho cuja finalidade essencial, real, é a intensificação das condições de exploração da força de trabalho. (ANTUNES, 2002, p.53).

Como bem mostra DIAS (1999, p.80), nas formações sociais capitalistas, a naturalidade aparente do econômico oculta a dominação política e impede que as classes subalternas tomem consciência desse processo e realizem a construção de sua identidade, de seus projetos. Segundo o autor, no campo de forças do Estado burguês, todo o jogo aparece como se dando entre indivíduos genéricos, abstratos, sem historicidade.

Vê-se dupla limitação do conceito empresarial de participação. Por um lado, a gestão participativa baseia-se em uma incorporação individual dos trabalhadores que exclui seus canais de representação enquanto categoria social. Por outro, a participação que as gerências estão promovendo se refere apenas àquelas decisões que dizem respeito a problemas cotidianos da produção, relacionados com custos, produtividade e qualidade dos produtos (LEITE, 1994, p.578).

O ocultamento da dominação política é uma necessidade objetiva. Assim, a aparência da liberdade individual é fundamental para a fluidez da forma de dominação, o que torna possível apresentar a liberdade de uma classe como sendo a de todas as demais. Como mostra DIAS (1999), pela supressão máxima da liberdade (compra-venda de força de trabalho = exploração) se cria a individualidade política, permitindo o ocultamento da opressão (construção do consenso). Afinal, como nos leva a pensar o autor, a liberdade de mercado, sob o capitalismo, é uma aparência necessária.

34 Pois bem, com a globalização caminhamos juntos com dois “monstros”, a exclusão e o poder da ideologia neoliberal, o primeiro, vítima do segundo. Para FRIGOTTO, (2000, p.11), na forma específica que assumiu na virada do século, a globalização explícita, de um lado uma espécie de vingança do capital contra a luta histórica dos trabalhadores e suas vitórias parciais em barrar-lhe a violência, e, de outro, o aprofundamento da contradição entre o avanço extraordinário das forças produtivas e o caráter opaco das relações sociais. Como também elucida SAMPAIO (2000), a ideologia neoliberal opera com uma força poderosa buscando, a um tempo, ocultar as contradições e construir um senso comum da via única e inevitável da nova (des)ordem mundial, tentando, a todo custo, minar a esperança de um projeto societário de caráter socialista.

A ideologia neoliberal oculta a natureza de classe da política neoliberal. Como já afirmou Boito, a ideologia sugere que os objetivos do neoliberalismo são reimplantar o livre jogo das forças de mercado, garantir a concorrência, a soberania do consumidor e difundir o progresso e a riqueza em cada país e em escola internacional ou global. Tal discurso oculta que o que a política neoliberal faz é fortalecer os monopólios, conter o crescimento econômico, concentrar a renda e a propriedade e aumentar a desigualdade entre o centro e a periferia do sistema capitalista internacional.

Tal ideologia proclama ainda, como bem mostra o autor, que o neoliberalismo é contra os privilégios e anuncia que a ação dos governos visa melhorar as condições de vida dos trabalhadores de baixa renda. Porém, sua política social aumenta as desigualdades, o desemprego e a pobreza. Esta oculta, em síntese, que o neoliberalismo é um discurso e uma política burgueses e, particularmente, um discurso e uma política do imperialismo e do grande capital, especialmente do capital financeiro. (BOITO, 1999, p.125). “O neoliberalismo, do mesmo modo que o liberalismo econômico clássico no qual ele se apóia, é um defensor doutri-

nário da desigualdade socioeconômica sem limitações, desigualdade que, de resto, ele identifica com a própria liberdade. (BOITO, 1999, p.224)”.

A globalização está inter-relacionada com a crise do Estado Nacional (SAMPAIO, 2000). Com a transnacionalização do capitalismo, os Estados nacionais, submetidos aos imperativos da concorrência global, ficam sujeitos a pressões para ajustar suas economias e suas sociedades aos novos imperativos do capital internacional. Dentro deste contexto que devemos entender as políticas de remodelação do mundo do trabalho, a crise do estado de bem-estar-social, a força arrebatadora da ideologia neoliberal e os processos socioculturais que abalam a própria noção de identidade nacional. (SAMPAIO, 2000). Para BERNARDO (2000, p.39) a globalização do capital alcançou um estágio superior e converteu-se em transnacionalização. Para ele, mais do que a junção de fronteiras, trata-se da passagem por cima das fronteiras; por isso a terminologia de “companhias multinacionais”, comumente usada, deve ser substituída pela de “companhias transnacionais”, que nos indica a especificidade deste tipo de empresas, “elas não juntam nações, passam por cima delas”. No parecer do autor, grande parte do comércio que as estatísticas oficiais hoje contabilizam como externo é, na realidade, um comércio interno, constituído por transações entre matrizes e filiais. BERNARDO (2000, p.41) também comenta que a divisão em países, que nos habituamos a considerar como forma natural de abordagem da economia mundial, deve ser hoje substituída pela divisão em companhias transnacionais.

Para os chefes de empresa de qualquer país, a ligação às grandes companhias transnacionais não é opção ideológica ou política. É um imperativo econômico. O nacionalismo não foi apenas condenado como estratégia política, mas igualmente como prática econômica. Aqueles setores da esquerda que em nome do anti-imperialismo, defendem o capital nacional estão a laborar num triplo erro. Em primeiro lugar confundem a luta contra a globalidade do sistema capitalista [...] com a hostilidade a uma das formas específicas do capitalismo, não dando aos trabalhadores outro horizonte além das querelas das classes dominantes. Em segundo lugar, é impossível ocorrerem, desenvolvimentos nacionais em uma época de transnacionalização do capital. E, em terceiro lugar, já não existe nenhuma burguesia nacional que possa ser um aliado na oposição ao imperialismo, pois os pequenos e médios capitais nacionais estão hoje inteiramente submissos às transnacionais [...] (BERNARDO, 2000, p.43).

Na perspectiva da transnacionalização do capital, como fica a organização de classe? Para o mesmo autor, não se deve confundir mundialização da economia com mundialização das classes sociais. “Atualmente temos uma economia transnacionalizada, capitalistas internacionalizados e trabalhadores repartidos por nações”. (BERNARDO, 2000, p.47). No contexto da transnacionalização da economia, é ridícula, para Bernardo, qualquer pretensão de os sindicatos, tal como hoje são organizados, conceberem uma estratégia global de luta anticapitalista. Na sua perspectiva, é completamente impossível travar um combate fracionado por fronteiras nacionais contra um capitalismo que se organiza, não só coordenando os diversos centros nacionais de acumulação do capital, mas passando por cima de todas as divisões geográficas. E essa incapacidade dos sindicatos e das correntes de esquerda em contribuir para uma solidariedade mundial da classe trabalhadora não se observa apenas no âmbito internacional. (BERNARDO, 2000, p.56-57).

No parecer de Chesnais, a mundialização nos confronta com relações constitutivas de uma totalidade sistêmica, que exige a adoção de instrumentos analíticos suscetíveis de apreendê-la como tal. A mundialização do capital e a pretensão do capital financeiro de dominar o movimento do capital em sua tota-

lidade não apagam a existência dos estados nacionais. Esses processos acentuam, simplesmente, os fatores de hierarquização entre os países, ao mesmo tempo em que redefinem a configuração dos mesmos. O abismo que separa os países que participam, ainda que marginalmente, da dominação econômica e política do capital-dinheiro rentista daqueles que sofrem essa dominação, cresceu ainda mais. (CHESNAIS, 1997, p.16-17).

Os Impactos sobre o Sindicalismo: um Olhar Geral

Na década de 50 no Japão, as empresas aproveitaram a desestruturação do sindicalismo e criaram o que se constituiu no traço distintivo do sindicalismo japonês da era toyotista: sindicalismo de empresa. Em 1954 o sindicalismo de empresa foi considerado ainda pouco cooperativo, foi dissolvido e substituído por um novo, inserido no “espírito Toyota”. Este carregava um lema: “proteger nossa empresa para defender a vida!” (CORIAT, apud ANTUNES, 1995).

Antunes mostra que o sindicalismo de empresa foi uma condição essencial para o sucesso capitalista da empresa japonesa, em particular, da Toyota. Este, combinando repressão com cooptação, trouxe emprego vitalício para uma parcela de trabalhadores das grandes empresas e ganhos salariais decorrentes da produtividade. Essas práticas subordinaram os trabalhadores ao universo empresarial, criando condições para a implantação duradoura do sindicalismo de envolvimento, manipulado e cooptado. (1995, p.25).

São também traços marcantes do toyotismo: desespecialização e polivalência dos operários profissionais e qualificados, transformando-os em trabalhadores multifuncionais; intensificação da exploração do trabalho (operários trabalham com várias máquinas, e uso do sistema de luzes) que possibilitam ao capital intensificar, sem estrangular o ritmo produtivo do trabalho; flexibilização dos trabalhadores; direitos flexíveis; número mínimo de trabalhadores; ampliação de horas extras; trabalhadores temporários e subcontratados; utilização dos CCQs. (ANTUNES, 1995, p.27-29).

Com exceção do emprego vitalício, o modelo japonês, com seu potencial universalizante, trouxe conseqüências negativas para o mundo do trabalho em escala ampliada. O toyotismo favorece o estranhamento do homem, dado pelo “envolvimento cooptado” que possibilita ao capital apropriar-se do saber e do fazer do trabalho, aparente eliminação do fosso elaboração-execução no processo de trabalho, domínio do fetiche da mercadoria, a crise atinge o universo da consciência, da subjetividade do trabalho, das suas formas de representação, gera um sindicalismo acrítico de participação e negociação (atingido também pela derrocada do Leste europeu, do (neo)stalinismo e da esquerda tradicional). (ANTUNES, 1995, p.35-36). Como bem demonstrara LEITE, apesar da diferenciação de estratégias utilizadas pelas empresas, é possível, identificar um elemento comum: seu caráter limitado e reativo e um processo de modernização conservadora. (1994, p.565). Segundo Singer, o excesso de oferta de força de trabalho solapa nesse momento as organizações sindicais e confere aparente credibilidade à tese liberal de que todas as conquistas legais de direitos trabalhistas causam a diminuição da demanda por trabalho assalariado. Com a introdução da tecnologia no mundo do trabalho, várias alterações se efetivam ao longo do processo, mediante relações de produção, possibilitando que uma nova ordem social se promova e adentre na vida da sociedade. A tecnologia favorece à reconfiguração de valores pessoais e estruturais da sociedade.

Hoje é possível dizer, como já afirmou BERNARDO (2000, p.26) que as principais empresas, que empregam tecnologias avançadas, exploram, hoje, cada vez mais as aptidões intelectuais dos trabalhadores, aproveitando, não só a sua capacidade de raciocinar no processo de trabalho, mas igualmente a sua com-

petência organizativa. Para o autor, estas novas formas de exploração difundiram-se velozmente, em geral sob os nomes de toyotismo e qualidade total.

Diferente do período de 1978 a 1989, quando há uma movimentação sem precedentes na esfera das relações capital/trabalho e os trabalhadores viram notícia, quando há uma mudança significativa na ação sindical no Brasil, ou seja, uma passagem de uma luta extremamente defensiva e localizada para uma ação mais ampla, com greves por categoria, por fábrica e gerais, na década de 90 assistimos a uma mudança radical nas demandas do sindicalismo. (RODRIGUES, 2003, p.300).

Com a reestruturação produtiva (transformações na produção, na organização e gestão do trabalho), a agenda sindical se volta para o interior das empresas, discutindo mais diretamente temas relacionados à problemática do trabalho. Na década de 90, com exceção do período Itamar Franco, o movimento sindical passou a conviver com a intransigência do Governo Federal e com um esforço desmesurado por parte dos governantes para levar às últimas conseqüências o processo de flexibilização das relações de trabalho. Essas são duas das principais características do governo FHC, em parte repete Collor. Ou seja, durante grande parte da década de 90 os sindicatos voltaram-se para ações mais localizadas, temas que surgiram como conseqüência da reestruturação produtiva. Vê-se uma atuação mais defensiva deles nesse momento. (RODRIGUES, 2003, p.303).

Mas desde final de 70 o movimento sindical vem recuperando sua capacidade de ação, depois do período de exclusão que sofreu da política e dos locais de trabalho. Na década de 80, diferente do que acontecia em outros países, esteve em crescimento, chegando no final da década com um volume de greves entre os mais altos do mundo. Isto tudo mostra o crescimento da capacidade de ação das representações de trabalhadores. Mas nos três primeiros anos da década de 90, três fatos abalaram o processo de reorganização do movimento sindical. No plano ideológico, as teorias neoliberais, difundidas com mais força no Brasil, a crise das ideologias de esquerda ligadas ao leste europeu, a luta pela reinstalação da democracia, que chega ao final com o primeiro governo civil e a nova constituição. Isso levou sindicalistas de diferentes correntes a repensar estratégias de ação sindical, particularmente as de confronto. No plano da política econômica de longo prazo: internacionalização da economia, iniciado no governo Collor, recolocou temas, como: a busca de empresários brasileiros por ganhos de produtividade e por redução de custos, o que implicou diretamente na esfera dos direitos do trabalho, questões essas que colocaram em xeque a agenda de prioridades dos sindicalistas e as ações estratégicas adotadas no passado. No plano da política econômica de curto prazo: o Plano Collor, ao impor reduções salariais e crescimento do desemprego, enfatizou a necessidade de sindicatos ativos para a defesa de empregos e salários e dificultou sua capacidade de ação. (NORONHA, 1994, p. 323-324).

HIRATA e PRETECEILLE (2002), ao discutirem os principais modelos teóricos dos estudos sobre a reestruturação econômica na França destacam uma “dupla transformação do trabalho aparentemente paradoxal”, ou seja, de uma parte, os modelos de organização exigem estabilidade e envolvimento dos indivíduos no processo de trabalho (autonomia, iniciativa, responsabilidade, comunicação) e, de outra, os vínculos empregatícios que se tornam cada vez mais precários e instáveis. Os autores descobrem que, atrás desse paradoxo, há, na verdade, uma degradação das condições de trabalho e uma forte intensificação do trabalho, que ocasionam sérios problemas de saúde; isso porque o apelo ao subjetivismo e o envolvimento do trabalhador não o poupa de sofrer. Os estudos apontados pelos autores também demonstram que a fragilidade e a insegurança no emprego determinam uma atitude de distanciamento frente à ação coletiva e às lutas sindicais, e ainda incentivam a busca por soluções individuais, o que

dificulta, mas não impede, a ação dos sindicatos. O mesmo podemos dizer sobre o Brasil: embora tenha impulsionado a crise, a reestruturação produtiva não conseguiu impedir a ação dos sindicatos.

Antunes discute cinco tendências da crise sindical em curso: crescente individualização das relações de trabalho que vem deslocando o eixo das relações entre capital e trabalho da esfera nacional para os ramos de atividade econômica e destes para o universo micro, para o local de trabalho, para a empresa e, dentro desta, para uma relação cada vez mais individualizada; fortíssima corrente no sentido de desregulamentar e flexibilizar ao limite o mercado de trabalho, atingindo conquistas históricas do movimento sindical que mostram-se incapazes de impedir tais transformações; esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados que optaram pelo sindicalismo de participação e o desemprego estrutural ameaça implodi-los; tendência crescente de burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que se distanciam dos movimentos sociais autônomos e de ações anticapitalistas; e a ação isoladora e coibidora dos movimentos de esquerda, principalmente os que ensaiam ações anticapitalistas ou de inspiração socialista pelo capital (ANTUNES, 1995, p.65- 67).

BOITO (2003, p.321) polemiza a questão da crise do sindicalismo com alguns dados interessantes. Segundo ele, podemos dizer que estamos vivendo a “crise” da crise do sindicalismo. O sindicalismo está dando claros sinais de recuperação e já é hora de os cientistas sociais, observadores e sindicalistas deixarem de lado o discurso da crise *stricto sensu* e comecem a discutir e entender essa recuperação; e tal recuperação é, por si só, um elemento perturbador para as análises que previram o declínio irreversível do movimento sindical. Segundo o mesmo autor (2003, p.322), a maioria dos autores que fala do declínio do sindicalismo apresenta uma visão limitada do fenômeno. Esses circunscrevem a análise a apenas uma área do globo, quase sempre os países capitalistas centrais.

É correto que o sindicalismo perdeu filiados, diminuiu sua atividade reivindicativa e perdeu influência política nas principais economias capitalistas – Europa Ocidental, América do Norte e Japão. Isso é verdadeira, embora a situação esteja longe de ser homogênea. O ritmo e a intensidade do refluxo sindical variam muito de acordo com o setor econômico e o país considerado [...] (BOITO, 2003, p.323).

Quando fala da América Latina, Boito afirma que se verifica uma crise e um refluxo do movimento sindical nesses países. Explica que caíram as taxas de sindicalização, a frequência de greves e a importância política do movimento sindical no Brasil, no México, na Argentina, no Chile, na Bolívia e em outros países, mas que também há um refluxo, ao menos como tendência dominante, na parte ocidental da Europa e em quase todo o continente americano; por isso, segundo ele, não podemos falar que o sindicalismo encontra-se em refluxo em escala internacional. (2003, p.323).

[...] o correto é caracterizar o recuo atual como uma fase de crise e de refluxo temporários. Em primeiro lugar, o simples fato de o movimento sindical, encontrar-se em ascensão na Ásia, região mais populosa do Planeta e onde a economia capitalista mais tem crescido, já seria suficiente para evitarmos falar em decadência do sindicalismo (BOITO, 2003, p.324).

Em relação ao Brasil, o autor concorda que, embora seja verdade que a organização e a atividade sindical encontrem-se em níveis inferiores aos dos anos 1980, também é verdade que a superioridade do movimento atual em relação ao movimento sindical dos anos 1950 e 1960 é flagrante. (2003, p.325). Em “Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil”, BOITO (1999, p.127) explica que a

década de 1990 foi um período difícil para o sindicalismo no Brasil. Ele não deixou de ser um movimento social importante, mas sua capacidade de intervenção na luta política e social diminuiu; nos anos 80, por exemplo, a CUT representou, frente aos governos Figueiredo e Sarney e diante da deterioração das condições de vida das classes trabalhadoras, o baluarte da resistência e da luta popular. Hoje, a seu modo, é o MST que ocupa esse posto.

As empresas brasileiras parecem estar optando por um modelo anti-sindical. Ao implantarem projetos de incorporação individual não deixam lugar para as formas de representação dos trabalhadores enquanto categoria política e social. Essa incorporação individual é vista como forma de afastar os trabalhadores dos sindicatos da possibilidade de solapar o processo de constituição do sujeito coletivo. (LEITE, 1994).

A ameaça que esse processo significa ao sentimento de pertencer a um coletivo, que se sente valorizado e tem orgulho de si próprio, parece sobrepular, para esses trabalhadores, as vantagens que as melhorias relacionadas a maiores oportunidades de treinamento e às mudanças no tratamento dispensado pelas chefias, podem pressupor. Considerando o empenho sindical na questão, ao menos nos setores de ponta do sindicalismo, para a autora, as mudanças têm sido impulsionadas mais pela atuação dos sindicatos do que pela iniciativa empresarial. (LEITE, 1994, p.581).

Para ANTUNES há um crescente distanciamento dos movimentos autônomos de classe, da ação desenvolvida pelo sindicalismo classista e pelos movimentos sociais anticapitalistas; estes tramam seus movimentos dentro dos valores fornecidos pela sociabilidade do mercado e do capital. O autor identifica a ausência de direções dotadas de consciência para além do capital e diz que o sindicalismo vertical, herdado do fordismo, tem se mostrado impossibilitado de atuar como um sindicalismo mais horizontalizado, que privilegie as esferas interprofissionais e aglutine o conjunto de trabalhadores, desde os “estáveis” até os precários, vinculados à economia informal. “Complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho. Esse fato questiona a raiz do sindicalismo tradicional e dificulta, também, a organização sindical de outros segmentos da classe trabalhadora” (1999, p.36).

Mas, paralelamente à dessindicalização, tem-se presenciado importantes avanços na organização sindical dos assalariados médios. Mas, como afirma Leôncio M. Rodrigues, essa expansão do sindicalismo de empregados dos setores públicos e privados não foi, na maior parte dos países, suficiente para compensar, em termos de taxa de sindicalização, o declínio do sindicalismo dos trabalhadores manuais. (apud ANTUNES, 1995, p.64).

Em relação aos avanços da luta sindical, lembramos rapidamente também o debate sobre classe média e sindicalismo, empenhado por BOITO^[2]. De acordo com o autor, o sindicalismo relacionado à classe média, há quinze anos esteve mais ativo. A ofensiva neoliberal das últimas décadas colocou em dificuldades os trabalhadores e o sindicalismo do setor público, que é onde se concentra o sindicalismo de classe média. Mas apesar desse golpe, argumenta o autor, a força do sindicalismo de classe média, neste início de século XXI, contrasta, fortemente, com a debilidade que o caracterizava até meados da década de 60. A expansão desse sindicalismo chama, tanto mais a atenção porque ocorreu em uma conjuntura de estagnação ou declínio das taxas de sindicalização e da luta sindical nos setores estritamente operários em diversos países centrais e da América Latina. (2004, p.1). Citamos o mesmo autor:

Enquanto parte do proletariado industrial e de serviços, como mineiros, metalúrgicos, ferroviários e trabalhadores dos portos, teve o seu sindicalismo debilitado em diversos países, assalariados como professores, médicos, enfermeiros, trabalhadores de

escritório, da administração e de serviços públicos fortaleceram suas entidades associativas e adotaram práticas tipicamente sindicais – greves, manifestações de rua, assinaturas de acordos coletivos, etc (BOITO, 2004, p.2).

Outra conseqüência das transformações no âmbito sindical está na intensificação da tendência neocorporativa que preserva interesses dos operários estáveis, o que, para ANTUNES (1995) se trata de um corporativismo societal no Brasil. A retirada do Estado como poder regulador do mercado de trabalho e o enfraquecimento dos sindicatos como representantes, inclusive jurídicos, dos trabalhadores, somente fortalecem o poder corporativo das grandes empresas. “Através da tecnologia da informação, as organizações empresariais conseguem controlar muito mais eficazmente a ação dos trabalhadores; propalam, então, uma falsa flexibilidade do trabalho (RÚDIGER, 2003)”.

Mas mesmo que alguns setores econômicos tenham sofrido drástica redução dos seus postos de trabalho, e outros tenham perdido a importância estratégica e que, da mesma forma, novos setores tenham sido criados, como já constatou BOITO, é muito cedo para afirmar, por exemplo, que os setores emergentes da classe operária e dos assalariados de classe média não apresentam propensão à sindicalização. Os novos setores em que cresce o emprego e que ganham importância econômica, também precisarão de tempo para se organizar sindicalmente, tanto mais porque eles começam a fazê-lo em situação mais desfavorável do que a situação na qual se organizaram os setores sindicais tradicionais, justifica o autor. (2003, p.327).

Na visão de BERNARDO (2000, p.67), quando a proletarização assume uma extensão e uma intensidade sem precedentes, os sindicatos parecem já não saberem encontrar os trabalhadores. Continua o autor: “...essa força de trabalho recém proletarizada tem experiências e comportamentos muito diferentes do operariado fabril tradicional. Isso torna urgente a fusão dos vários setores componentes da classe trabalhadora. Ora, como a organização capitalista da sociedade implica a fragmentação dos trabalhadores, a sua união só pode efetivar-se na luta contra o capital.” (p.68). Para ele, os sindicatos não têm servido de quadro para essa fusão, e assim, enquanto os capitalistas tudo fazem para dividir social e culturalmente os trabalhadores, os sindicatos mostram-se incapazes de uma atuação em sentido contrário. Por isso, só uma estratégia que tenha como objetivo unificar a classe trabalhadora poderia constituir uma base sólida para a luta contra o desemprego, por exemplo.

Lembrando mais uma vez BOITO, em suma, a situação econômica, política e ideológica, atual, principalmente na América e na Europa, diante das condições históricas da ofensiva neoliberal, é desfavorável para todos os movimentos populares e, principalmente, para o sindicalismo, particularmente afetado pelo desemprego, pela abertura comercial e pela desregulamentação do mercado de trabalho. Porém, como corretamente afirma, essa situação não pode ser considerada definitiva. (1999, p.129).

Revedo os Próprios Autores e Lembrando Algumas Saídas

Como aqui se trata de um artigo de revisão bibliográfica, com este mesmo caráter, pensar-se-á neste último sub-item na discussão de algumas análises, à luz dos mesmos teóricos já examinados, que se preocupam em demonstrar alternativas e/ou propostas que nos auxiliam a enxergar pistas e saídas para as “crises” e problemas até aqui discutidos.

Para LEITE (1994), a resolução dessa problemática passa por uma ampla reestruturação política e social que consiga reverter o quadro de profundas desigualdades que marcam a realidade nacional. Para ela, o país se vê diante de

um conjunto de dificuldades que apontam para questões de difícil resolução, como a não transposição mecânica e excludente de modelos de outros países, e criação de um modelo próprio, adaptado à nossa realidade. No seu parecer, a saída da crise passa, necessariamente, pela viabilidade de que o país consiga modernizar seu parque produtivo, tornando-se competitivo frente à indústria internacional, inserindo-se de maneira mais efetiva no processo de globalização. A saída da crise depende, também, da sociedade brasileira se dispor a negociar os modos de enfrentamento das dificuldades presentes. Trata-se da negociação de um verdadeiro projeto nacional (MATTOSO, 1992, apud LEITE, 1994, p.582), articulando a formação de um bloco social “produtivo” capaz de enfrentar os desafios da 3ª. Revolução Industrial e a gestação de um novo padrão de desenvolvimento. Na sua concepção, o trabalho e as relações capital/trabalho deverão passar por uma verdadeira revolução.

É possível romper com as forças de sustentação do sistema. No desafio para quem pensa o futuro do Brasil, na extrema adversidade do contexto histórico gerado pela globalização, há duas alternativas, que SAMPAIO (2000) coloca em forma de questões: a sociedade deve aceitar passivamente as tendências que vêm de fora, discutindo o ritmo e a forma de ajuste aos novos ditames do capital internacional e das nações hegemônicas? Ou a sociedade deve reagir a essas tendências, rompendo com as forças internas e externas que sustentam o processo de globalização de negócios?

Para o mesmo autor, os trabalhadores brasileiros precisam romper com o padrão mimético de modernização de consumo e definir prioridades para o desenvolvimento econômico, que sejam compatíveis com as possibilidades da economia nacional, mudanças essas que poderão superar o consumismo desbragado e organizar a sociedade com base em uma ética de solidariedade e de cooperação entre as classes sociais; modificar os parâmetros sociais e institucionais que regem a organização do mundo do trabalho; graduar a intensidade do processo de introdução e difusão do progresso técnico, tendo em vista a necessidade de preservar o acesso do conjunto da população economicamente ativa ao mercado de trabalho. Essas reformas, para evitar a barbárie, só podem ser concebidas dentro de uma organização socialista de sociedade.

SAMPAIO diz ser tarefa das forças políticas: denunciar a falta de horizonte do movimento de globalização e construir um amplo arco de alianças, capaz de impulsionar as transformações sociais indispensáveis para a superação da modernização perversa (2000). Afinal, “as lutas operárias podem questionar a estratégia do capital, propor a autonomia e a autodeterminação operária, questionar a eficácia e a racionalidade do capital.” (MARONI, 1982, p.50).

ANTUNES diz que, embora heterogeneizado, complexificado e fragmentado, as possibilidades de uma efetiva emancipação humana podem ser viáveis através das revoltas que se originam centralmente no mundo do trabalho. Atuando enquanto classe, os trabalhadores constituem-se no segmento social dotado de maior potencialidade anticapitalista. Há muitas possibilidades de luta (ecológica, feminista, dos negros, etc), dotadas de significado, mas quando o eixo é a resistência e o confronto à lógica do capital e à sociedade produtora de mercadorias, para o autor, o centro desta ação encontra maior radicalidade quando se desenvolve e se amplia no interior das classes trabalhadoras. (1995, p.86-87).

CHESNAIS (1996, p.320-321) sem muito otimismo, sugere que as formas assumidas pela mundialização, especialmente a força e a autonomia conquistadas pelo capital monetário, deixam pouca margem de manobra para soluções reformistas: tanto para as retomadas de atividade através da demanda e alguns salpicos de medidas sociais, como para as medidas contra o desemprego, das quais o capital pode, atualmente, fugir, graças à sua mobilidade. Da mesma forma, para ele, a superação do modo de produção capitalista também não po-

derá acontecer prolongando e melhorando o modo de desenvolvimento fordista. Por isso, sob formas que será necessário inventar, integrando todas as lições da história deste século, é difícil ver, de acordo com a sua concepção, como a humanidade poderia prescindir de medidas de expropriação do capital.

Em um momento posterior, um pouco mais otimista, o mesmo autor (1997, p.28) afirma que apenas uma amnésia histórica, juntamente com apelos para se submeter à “inevitabilidade” das mudanças e para se resignar à “tirania dos mercados” pode dar crédito à idéia de que um regime marcado por uma dinâmica cumulativa de fraca acumulação industrial, de empregos cada vez mais raros e precários e de regressão social e política, possa ser considerado como “irreversível” e revestido por uma legitimidade histórica qualquer.

Em relação às saídas frente aos problemas vivenciados pelo sindicalismo, hoje, faz-se necessário pensar em algumas idéias já trabalhadas pelos autores que vimos durante esse texto. Por exemplo, para BERNARDO, só os raciocínios estritamente frios podem desvendar a dialética social do capitalismo, que consiste na possibilidade de reforçar os mecanismos de exploração com elementos gerados no interior do próprio processo de luta contra a exploração. (2000, p.9).

BERNARDO (2000, p.33) explica que o neoliberalismo caracteriza-se precisamente por reduzir, cada vez mais, o lugar dos sindicatos. Na perspectiva neoliberal o futuro que se apresenta aos dirigentes sindicais, não sendo já o de organizadores do mercado de trabalho, é o de proprietários coletivos de empresas e manipuladores de fundos públicos. “A alternativa parece ser, ou uma recriação do movimento operário anticapitalista, ou um desenvolvimento do capitalismo dos sindicatos.”

Já segundo BOITO, apenas mais recentemente, o desgaste do neoliberalismo tem propiciado o surgimento de novas lutas sociais (desempregados, trabalhadores do setor informal) e uma recuperação do sindicalismo. E esses dois movimentos poderão se fortalecer mutuamente. O autor argumenta que as classes trabalhadoras sempre apresentaram uma heterogeneidade e uma fragmentação socioeconômica muito grande, mas essa fragmentação se renova e se transforma a cada nova etapa do capitalismo. Sua importância e seu significado dependem, também, da conjuntura política, econômica e social; essa conjuntura e a luta é que dirão se é possível unificar os trabalhadores em um amplo movimento social e político.

Em “Política neoliberal e sindicalismo no Brasil” (1999, p.236-237), dentre outras seis idéias importantes concentradas no que o autor intitula “Por uma frente antiliberal”, emprestamos uma que nos auxilia a dar um tom de fechamento nessa parte do artigo onde nos dispusemos a refletir sobre algumas saídas que podemos vislumbrar, hoje, diante da problemática imposta pela política neoliberal. Essa afirma:

Se o movimento popular e os partidos de esquerda lograrem constituir um governo de frente antiliberal, esse fato criará condições políticas novas. Pode se dar que a política governamental antiliberal não se consolide. A pressão do imperialismo, dos bancos e do conjunto do grande capital poderá desestabilizá-la e provocar uma redefinição progressiva do sistema de alianças. Uma reforma antiliberal poderá exigir novos passos em direção às reformas mais profundas, se não se quiser retroceder. Caso não se constitua tal governo, tampouco está descartada, mesmo que isso não seja visível no horizonte da conjuntura atual, a possibilidade de uma crise revolucionária que exija uma mudança de estratégia. A frente antiliberal, ou melhor, sua ala operária e popular deverá, então, estar voltada para o futuro. E a evolução da conjuntura poderá impor a substituição do programa antiliberal por outro, mais avançado, voltado para a superação do capitalismo dependente (BOITO, 1999, p.236-237).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas-SP: Cortez/Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 4 ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. As metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. *Navta Pei*. Ano 1, n.1, p.8-14, fev. 1996.

BERNARDO, João. Crise dos trabalhadores ou crise do sindicalismo? *Revista Crítica Marxista*. Campinas-S.P: Unicamp, n.04, 1997.

_____. *Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores: ainda há lugar para os sindicatos*. São Paulo: Boitempo, 2000. (Coleção Mundo do Trabalho).

BERTOLINO, Osvaldo. A crise do trabalho. *Princípios*. n.46, p.19-22, ago./out. 1997.

BOITO Jr, Armando. Classe média e sindicalismo. *Primeira Versão*, n.123. IFCH/UNICAMP, fev. 2004.

_____. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. A crise do sindicalismo. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Org.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Mundialização do capital, regime de acumulação predominantemente financeira e programa de ruptura com o neoliberalismo. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n.01, 1997, p.7-34.

DIAS, Edmundo Fernandes. Hegemonia: racionalidade que se faz história. IN: _____. et. al. *Gramsci: o outro*. São Paulo: Xamã, 1998, p.9-80.

_____. *A liberdade (im) possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização*. IFCH/UNICAMP. n.29, setembro de 1999.

DRUCK, Graça. et.al. Bancário: um emprego de múltiplos riscos. *Caderno CRH*. Salvador, p.217-233, jul./dez. 2002.

_____. Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho. *Caderno CRH*. Salvador, p.11-22, jul./dez., 2002.

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Educação e a crise do capitalismo real*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo A; SILVA, Tomaz Tadeu da. *Neoliberalismo, qualidade total e educação*. Petrópolis: Vozes, 2001, p.32-92.

_____. Prefácio. In: RUMMERT, Sonia Maria. *Educação e identidade dos trabalhadores*. São Paulo/Niterói-RJ: Xamã/Intertexto, 2000.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, Helena; PRETECEILLE, Edmond. Trabalho, exclusão e precarização socioeconômica. O debate das Ciências Sociais na França. *Caderno CRH*. Salvador, n.37, p.47-80, jul./dez., 2002.

IANNI, Octávio. Globalização: novo paradigma das Ciências Sociais. *Revista Estudos Avançados*. n.8 (21), 1994.

_____. Metáforas da globalização. *Caderno Idéias*. Campinas, n.1 (1), p.7-21, jan./jun., 1994.

LEITE, Márcia de Paula. Reestruturação produtiva, novas tecnologias e novas formas de gestão da mão-de-obra. In: *O Mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho Flexível e o novo informal. *Caderno CRH*. Salvador, n.37, p.163-180, jul./dez., 2002.

MARONI, Amméris. *A estratégia da recusa: análise das greves de maio/78*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

NORONHA, Eduardo Garuti. Greves e estratégias sindicais no Brasil. In: *O Mundo do trabalho: crise e mudança no final do século*. São Paulo: Scritta, 1994.

44

RODRIGUES, Iram Jácome. Relações de trabalho no ABC paulista na década de 1990. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (Org.). *Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003. (Coleção Mundo do Trabalho).

RUDIGER, Dorothee Susanne. Globalização, Justiça Social e emancipação: um debate na perspectiva do direito do trabalho. *Impulso*. Piracicaba (SP), n.14(33), p.41-55, 2003.

SAMPAIO, Plínio de Arruda. Os desafios da luta de classes na economia globalizada. *Le Monde - Diplomatique*. Especial n.1. Instituto Abaporu, Escola Sindical (SP, CUT): Veraz Comunicação. (s/pág), set. 2000.

SILVA, Elizete Conceição. *Tempo produtivo: reconstruindo identidades*. 2002. Dissertação. (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Londrina - UEL. Londrina - PR.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. Da informalidade a empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). *Caderno RH*. Salvador, n.37, p.81-109, jul./dez., 2002.

SINGER, Paul. *Globalização e desemprego: diagnósticos e alternativas*. São Paulo: Contexto, 2000.

SOUZA, Laumar Neves de; et al. Gênero e mercado de trabalho na grande Salvador: um breve comparativo entre as décadas de 80 e 90. *Caderno CRH*. Salvador, n.37, p.181-215, jul./dez., 2002.